



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Lutas sociais e Controle Democrático nas políticas sociais

DEMOCRACIA E SERVIÇO SOCIAL: INTERFACE ENTRE TEORIA CRÍTICA, MARXISMO, PLURALIDADE E INVENÇÃO DEMOCRÁTICA

LUCI HELENA SILVA MARTINS¹

RESUMO:

Trabalho busca contribuir com os modos de pensar em estratégias, a partir da teoria social contemporânea, especialmente a teoria crítica, a fim de qualificar a construção do conhecimento de baixo para cima, por meio da participação cidadã, a formação e atuação profissional, numa sociedade que se transforma, mas permanece com limitações em termos de participação política, acentuando o desenlace entre os princípios constitucionais e a efetiva consolidação dos direitos sociais e humanos problematizado como desenlace político, que a construção do conhecimento deve pontuar. A abordagem é dialógica a partir de pesquisa qualitativa que aborda a neutralidade como um dos axiomas do conhecimento ao mesmo tempo em que a subjetividade clama por outros parâmetros, incluindo os marcadores da diferença em torno de classe, raça, gênero, geração e sexualidade. Os resultados apontam para a dificuldade de construir uma comunidade política onde há fome, violência e trabalho assalariado precário, tornando escasso e inexpressivo o acesso à cidadania de parcelas significativas da sociedade, segregada de bens públicos e culturais que resultem em bens públicos, materiais e simbólicos. Ainda como resultados, a perspectiva da transversalidade de gênero nas políticas sociais e da interseccionalidade para compreensão e relações de classe, étnico raciais e de gênero aplicadas à análise de movimentos sociais.

PALAVRAS CHAVES: teoria crítica, serviço social, pluralidade, marxismo

ABSTRACT:

¹ Universidade Estadual de Montes Claros



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

This work seeks to contribute to the ways of thinking about strategies, based on contemporary social theory, especially critical theory, in order to qualify the construction of knowledge from the bottom up, through citizen participation, training and professional performance, in a society that transforms, but remains with limitations in terms of political participation, emphasizing the denouement between constitutional principles and the effective consolidation of social and human rights, problematized as a political outcome, which the construction of knowledge must punctuate. The approach is dialogical based on qualitative research that addresses neutrality as one of the axioms of knowledge at the same time that subjectivity calls for other parameters, including the markers of difference around class, race, gender, generation and sexuality. The results point to the difficulty of building a political community where there is hunger, violence and precarious wage work, making it making access to citizenship scarce and inexpressive for significant portions of society, segregated from public and cultural goods that result in public, material and symbolic goods. Also as results, the perspective of gender transversality in social policies and intersectionality for understanding and class, ethnic, racial and gender relations applied to the analysis of social movements.

KEYS WORDS: critical theory, social work, plurality, marxism

Introdução

Trata-se de desenvolver e articular esforços teórico-metodológicos, ético-político e técnico operativos consolidados na profissão, somados às chamadas “novas leituras dos movimentos sociais latino americanos” (Alvarez, Dagnino, Escobar, 2000). O estudo é mediado por conceitos de democracia e participação, e para isso propõe-se uma leitura do sentido da política trazido pelos movimentos sociais em luta na América Latina, especialmente focados na singularidade do caso brasileiro, e da particularidade que ocorre na pesquisa em nossa área de atuação, o Serviço Social, curso oferecido da Unimontes, situada em Montes Claros, região norte do Estado brasileiro de Minas Gerais. Na região persistem os resquícios de tradições autoritárias no plano dos governos e sociedade como um todo, incluindo a sociedade civil contemporânea, no que existe de “incivil” (SODRÉ).

Assim, no plano nacional e regional, o autoritarismo social se torna tão corrosivo quanto o autoritarismo político, a ditadura que vivenciamos na América Latina nos anos 70 e 80 traz a injustiça para próximo, de modo que, não resolvida, a injustiça se normatiza no cotidiano, tomando a forma da "democracia possível", que convive com (i) liberalismo e ultra



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

neoliberalismo.

Por meio de pesquisa documental e análise bibliográfica os estudos so Serviço Social da Unimontes se aproximam do PPGDS, programa da área interdisciplinar ligado ao Departamento de Política e Ciências Sociais. Como não temos ainda um Departamento, compomos desde a fundação, em 2003, o DPCS. Assim, mediante a interdisciplinaridade dos professores, formados ou professores desses dois cursos, pontuamos alguns desafios enfrentados pelos profissionais do social e pelos ativistas de movimentos sociais. Desafios se colocam no plano da teoria e prática para se desenvolver pesquisas qualitativas e práxis emancipatória, numa sociedade desigual e contraditória em que poucos têm a pesquisa como modo de vida, sendo que as Universidades também enfrentam sucateamento e outros ataques visando enfraquecer a cidadania, os bens simbólicos, e os serviços públicos.

A relação cultura e política x democracia x formação profissional: o desafio dos direitos sociais

Os marcadores da diferença em torno de classe, raça, geração, sexualidade permitem compreender os nós que negam a democracia no nosso estado, país e continente, sendo importante os diálogos entre os movimentos sociais e as Universidades, sendo que a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais vem sendo consolidada como parte do projeto ético político, a fim de pensar atuar numa unidade programática. No espaço universitário são formados os profissionais que visam construir o pertencimento, por meio de uma comunidade política litigante que cria a representação nas instâncias de poder. Assim, os movimentos dos trabalhadores da saúde, da educação e da assistência nomeiam problemas decorrentes das desigualdades sociais que causam a sub-representação que impede o acesso das maiorias historicamente invisibilizadas aos direitos sociais, por meio de bens públicos e políticas sociais.

A teoria crítica do reconhecimento é importante referência nos estudos sobre democracia, pois busca evidenciar a luta por reconhecimento, os conflitos em torno de redistribuição e ação afirmativa, e as disputas e consequências trazidas pelas lutas sociais emergentes (Honneth). A democracia tem por regra aceitar o conflito e o dissenso, ou seja, a diversidade trazida pelo pluralismo e pluralidade, como referência da condição humana. Pesquisas sociais abordam pontos nevrálgicos da relação entre público, privado e social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Assim, no campo conceitual da democracia, a distinção entre público e privado foi defendida por autores como Hannah Arendt (2010), Claude Lefort (A invenção democrática) e Jürgen Habermas (1997). Ainda que tenham suas respectivas diferenças, há pontos que os ligam ao marxismo, os unem, e outros que os diferenciam. O republicanismo cívico é uma abordagem em que caberia citar a proximidade de estudos de pensadores influentes como H. Arendt, são mobilizados nos estudos dos “repúblicos”, dentre eles Heloísa Maria Murgel Starling, Newton Bignotto e Francisco de Oliveira e demais do círculo dos pensadores e pensadoras da política, referência para “pensar a república” (Bignotto, 2000) e a invenção democrática no Brasil.

Os autores de referência deste trabalho conduzem a discussão em torno de Marx, Arendt, do marxismo pela mão de um sociólogo, Gabriel Cohn, e um filósofo, Newton Bignotto dentre outras interações dialógicas. Assim, traça-se uma reflexão que se quer impulsionadora do laço necessário entre as profissões, e os leitores, cidadãos e cidadãs, face aos Movimentos Sociais, especialmente por meio das Universidades públicas, especialmente a nossa, atuando na região norte mineira. O debate alargado permite construir uma comunidade política de pertencimento em torno de um projeto ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, de análise e qualificação das políticas sociais, base do trabalho profissional de uma área muito ampla do conhecimento e atuação profissional, o “social”, que exige intersectorialidade, interdisciplinaridade e transversalidade entre políticas, temas, disciplinas, sujeitos e instituições. Assim pretende-se colaborar com esse debate e aprender com esse Grupo de Trabalho refletindo sobre os movimentos sociais e suas interfaces com a atuação profissional e a produção do conhecimento científico.

A neutralidade e subjetividade na produção do conhecimento científico: a experiência do Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros

A Partir do problema enunciado, busca-se questionar sobre qual a importância dos métodos científicos para compreensão da realidade? A neutralidade é característica intrínseca à produção do conhecimento científico? De que maneira a subjetividade se expressa na produção científica dos professores do Serviço Social da Unimontes?

Assim, busca-se analisar o debate em torno da produção científica na disciplina de Pesquisa, a partir das concepções positivistas e marxistas, a divergência de posicionamento



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

quanto à questão da neutralidade na ciência, bem como discorrer acerca da subjetividade na produção do conhecimento científico, no geral, e no particular.

Principais autoras a subsidiar a discussão são Michael Lowy (1994), Martinelli (1994). Minayo (2015). Permitem, dentre outros, contribuir para montar a rede e explicar um dado, de que a neutralidade axiológica é característica intrínseca à produção do conhecimento científico na medida em que uma certa objetividade =e requerida, deixa-se claro os procedimentos metodológicos importam, para outros refazerem os passos, que podem ser seguidos por todos de modo a embasar as conclusões ou refutá-las. Assim, as respostas não estão dadas de antemão quando se inicia uma pesquisa, e não pertencem a grupos específicos, sendo o resultado de anos de pesquisas sociais, colocadas ao debate público.

Esses autores explicam de que maneira a neutralidade e subjetividade permeiam as atividades da pesquisa, no percurso da formação de um pensamento cientista, base teórico metodológica da atuação profissional e cidadã.

O debate se constrói entre a doutrina positivista da neutralidade axiológica do saber e a subjetividade das classes trazida pelo marxismo. Assim temas como neutralidade, subjetividade e universalidade do saber científico podem ser compreendidas acompanhando as premissas em tela.

A doutrina positivista da neutralidade axiológica do saber pode ser considerada como premissa do positivismo porque, segundo ela,

1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humana.

2. A sociedade pode ser epistemologicamente assimilada como natureza (“naturalismo positivista”) se estudada pelos mesmos métodos e processos empregados pelas ciências da natureza.

As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as pré-noções e preconceitos desde os mitos ao senso comum.

Esse axioma é diferente da neutralidade nas ciências sociais e humanas aplicadas compreendida como ponto de partida. A apropriação do axioma da neutralidade valorativa das ciências sociais conduz o positivismo a negar – ou melhor, a ignorar – o condicionamento histórico-social do conhecimento ligado à sua origem de classe. Busca a neutralidade nos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

processos de construção do conhecimento não apenas como ponto de partida e postura ética do pesquisador, para evitar panfletagem ou subordinação ideológica da ciência face aos interesses econômicos e políticos, mas também passa a gerir os conflitos, pela normatização dos conteúdos por meio da validação das normas e hierarquias como se apenas alguns esclarecidos tivessem a capacidade de agir, pensar e falar.

As ciências sociais, nesse sentido, nascem positivistas, em defesa de sua classe burguesa, em negação às outras lutas na sociedade.

A realidade é vista como natureza, objetiva, como um fato social natural. As diferenças do “corpo social” são justificadas por condicionantes biológicos e mecanicistas.

O modelo funcionalista nas ciências sociais defende que o mundo é uma máquina com várias funções diferentes e algumas menos importantes para o todo, com um certo darwinismo social, como em Durkheim, que admite uma adaptação apenas dos mais fortes, como se a natureza humana explicasse diferenças, méritos, aspirações e desejos, e as lutas e conflitos deveriam ser neutralizados, a partir das desigualdades já dadas e imutáveis pois parte da natureza humana.

Visão conservadora

Ideia do direito natural repõe as desigualdades sociais, ainda que, na origem, autores combatidos como Galileu, Condorcet e outros estivessem lutando contra a “verdade” que emanava da religião, na Idade Média (Löwy, 1985).

A igualdade não é um valor para o positivismo, preso à abstração da “natureza humana”, que aspira a coisas diferentes, tendo uma hierarquia de almas, corpos, raças, cores a oferecer um cardápio de discriminações sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais.

Para o positivismo, que nasce em meio à expansão do capitalismo industrial na Europa, a realidade é formada por partes isoladas, ou seja, tem-se uma visão isolada dos fenômenos sociais, oposta à noção de totalidade. Assim um traço específico poderia ser determinante para uma explicação e ação adaptável, não precisando questionar e mudar o sistema como um todo.

O positivismo não morreu: querendo ou não, ele entrou no mundo e na ciência: o mundo é dividido em partes, pela divisão social (e sexual) do trabalho, como analisa E. Durkheim. A pesquisa é dividida em partes, para melhor apreensão do método científico. O



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conhecimento é partilhado entre especialidades. Os corpos estão ordenados de acordo com um ordenamento legal positivista.

Para o positivismo, não é tarefa da ciência investigar as causas dos fenômenos e muito menos transformar as relações de dominação. Os fatos são os dados sociais, objeto da ciência. A ciência positiva consiste em descobrir a relação das coisas entre si, mostrando sua hierarquia, num modelo de funcionamento mecânico, ao que se poderia apenas “reformular” alguns poucos aspectos. A ciência social aparece livre dos vínculos sociais e isenta, neutra.

Crítica do marxismo ao positivismo.

Significa que a concepção positivista é aquela que afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo. Todo esse conjunto de elementos ideológicos, em seu sentido amplo, deve ser eliminado da ciência social (Löwy, 1985, p. 39).

Sujeito e conhecimento são, para Marx, construtos sócio-históricos. O marxismo surge como crítica, teoria crítica, teoria histórico-crítica e/ou materialismo histórico-dialético.

Teorias tradicionais na origem do conhecimento positivista mostram que as ciências sociais se abrem para a universalização do saber científico, por meio da subjetividade das classes trabalhadoras, que também produzem conhecimento, refletem produzem a riqueza social. Como alternativa, podem se unir e enfrentar o sistema e suas leis contraditórias.

É um método singular que identifica a realidade que oprime. Por meio da dialética, Marx propõe um método completamente novo, portanto, voltado para transformar as relações sociais de produção e reprodução da vida social capitalista. Tal método se baseia no conflito e nas lutas de classes que se desenvolveram com a expansão do capitalismo nos países industrializados, e nas aspirações revolucionárias do século XIX, período em que Marx viveu (1818-1883) e pode participar desse período revolucionário (notadamente nas revoluções de 1848). Ou seja, a luta de classes é anterior ao marxismo e principalmente de Marx. Ele a compreende e fortalece por meio da organização da classe.

Premissas do marxismo em contraponto ao positivismo

Contradições ao nível K e T, sustentados pela Economia Política.

Ideologias são parte constitutivas da totalidade



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Produzem visões de mundo ligadas à posição de classe, e com isso, Marx desvela os vínculos entre positivismo e “alienação”, como falsificação da realidade.

Lutar contra essas ideologias e alienação se torna parte da luta de classes para produzir novas subjetividades.

Marx, portanto, identifica as ideologias burguesas como um elemento da luta de classes, está no núcleo da alienação, com o sistema político, a economia política, os direitos naturais, e a naturalização de teorias raciais que sustentam o capitalismo, o pauperismo, o suicídio. Ao contrário da ideia de que tudo é problema do indivíduo a quem se quer adaptar, consertar, prender, educar, Marx esclarece que a ciência positiva não traz neutralidade, ela mesma não quer criticar e negar o sistema, antes “neutraliza” as lutas sociais, os conflitos, revoltas e revoluções que estão em movimento na sociedade.

As ciências não ficarão livre de ideologias pois não podem ser extirpadas da realidade de quem pensa e age nesse mundo. O próprio marxismo veio a ter “dimensões positivistas”, assim como a ciência aderiu à neutralidade como valor axiológico, ao menos como ponto de partida, de acordo com Karl Popper e outros neopositivistas.

A neutralidade na concepção marxista,

É possível identificar nos textos de Marx (Lowy, 1985) um direcionamento diferente do apresentado anteriormente por meio das premissas positivistas.

Numa palavra: Marx considerava sua ciência como revolucionária e proletária e, como tal, oposta (e superior) à ciência conservadora e burguesa dos economistas clássicos. O “corte” entre Marx e seus predecessores é, para ele, um corte de classe no interior da história da ciência econômica (Lowy, 1985, p. 19).

Marxismo e a neutralidade científica.

O marxismo busca entender os fenômenos sociais em sua essência, pelas leis da dialética, totalidade, historicidade e movimento.

A neutralidade axiológica enquanto princípio do cientista social é, dessa forma, um valor, mas inalcançável – na medida em que seu objeto de estudo, diferente das ciências naturais, situa-se no campo das relações sociais e é estudado a partir de concepções de sociedade diversas e antagônicas. Ao inserir o elemento subjetivo na ciência, reconhece-se que o real é heterogêneo, as experiências de conhecimento possuem singularidades.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A subjetividade na produção do conhecimento científico no curso de Serviço Social da Unimontes (20 anos)

Diante da reestruturação produtiva e reconfiguração das funções do estado, enfraqueceram-se os efeitos práticos da Constituição Federal de 1988 e das leis sociais democratizantes que sustentam as políticas sociais estruturantes do trabalho de assistentes sociais e outros profissionais do social.

Os movimentos sociais classistas e os novos movimentos sociais têm, por sua vez, o desafio de construir a unidade na luta contra o modelo vigente de destruição dos espaços públicos e da natureza. Resta aos projetos democratizantes da sociedade a união na crítica ao sistema, por meio de discussão ético-política que incorpore a crítica da cultura à crítica da economia política do modo de produção vigente.

Face a esse modelo de desenvolvimento econômico desigual, as regiões do norte e nordeste de Minas Gerais sofrem o impacto de políticas assistencialistas. É possível problematizar os velhos modos de se fazer política tomados por trocas e favores que permitem o enriquecimento das mesmas lideranças políticas nas cidades da região, em que os mesmos sujeitos se petrificam há décadas nos cargos decisivos e influentes. Em “Montes Claros, A cidade do favor”, Laurindo Mékie avaliou essa trajetória sócio-histórica esclarecendo o caldo da cultura política do local. Esse peso do passado continua vigente, embora, sendo dinâmica, a relação entre cultura e política muda conforme a historicidade face aos movimentos globais e ações locais, que permitem avaliar as contradições ainda persistentes e planejar a execução das políticas sociais.

Como consequência do desmonte há um fraco desenvolvimento social em que a exceção contra hegemônica parte de uma pequena quantidade de sujeitos e instituições, parceiros das universidades públicas locais, responsáveis por formação e qualificação de ações alternativas ao modelo societário vigente.

Os movimentos sociais ganham visibilidade com o apoio de profissionais, que atuam como sujeitos políticos nas várias esferas da vida social. Assim surge uma imprensa alternativa gerando, nos meios de comunicação, a defesa de pautas nacionais populares que se influenciam, ao apoiarem uns e outros. Surge um espaço público diferenciado que se mobiliza para demandar e exigir políticas de estado, fazendo a crítica aos governos nacionais profascistas. Os diálogos entre as Universidade e esses movimentos sociais pautam, em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

rede nacional, com alcance midiático, os problemas das classes populares, representada pela ideia de comunidade, um conjunto unificado de diversidades, com pautas específicas de proteção às pessoas invisibilizadas, sejam crianças, as mulheres pobres, negras e periféricas, as pessoas gays, as mães solas, negras e pobres, que perdem os filhos pro tráfico e vítimas de policiais no espaço urbano, as famílias mais isoladas dos serviços públicos no meio rural, expostas às desregulamentação de leis ambientais que acentuam os conflitos no campo, ao déficit de emprego e concursos na região, e ao difícil acesso aos bens básicos de gênero alimentício e moradia. Além disso, pessoas simples do interior estão distantes dos poderes representativos já constituídos, como judiciário, executivo, legislativo. Dessa ausência de representação, as regiões com pouca representação negam a proteção social às pessoas invisibilizadas daquele território. Mantém-se os serviços públicos com recursos apenas para manutenção da máquina pública e a prestação de serviços básicos, porém precários, lógica que mantém o emprego para a classe trabalhadora, mas cria também uma classe dos gestores que age como casta, organiza a remuneração de si própria, e de quem participa e gera a estabilidade na prestação de serviços.

Almeja-se que a lógica da privatização e recuo das políticas de Estado possa ser revertida por políticas de governo que se tornem políticas de Estado. Assim, vivemos um momento de retomada de políticas mais democratizantes por parte do governo federal, com maior apoio aos trabalhadores da linha de frente das políticas sociais e culturais. Contudo, a greve nas instituições federais dá termômetro dos limites e contradições, ao mesmo tempo que o governo federal dá mais apoio e visibilidade para a resolução de problemas sociais enfrentados pelo cotidiano dos trabalhadores que utilizam da educação pública e dos Sistema Único de Assistência Social e Sistema Único de Saúde, há uma tendência para ceder a política econômica na gestão dos conflitos. Os programas e políticas focadas na gestão da pobreza e na “assistencialização da política social” (Yazbek), ademais, não conseguem responder com eficiência a todos os casos, focalizando a proteção social. Assim, há problemas decorrentes do desmonte das estruturas do estado, em face do ultra neoliberalismo. “Deixai morrer, deixai matar” é outra face, já foi uma política de estado na ditadura e dos governos de Temer e Bolsonaro.

Algumas práticas assistencialistas são notáveis no norte de Minas, como a distribuição de cestas básicas para dezenas de famílias, distribuídas em março/2024, pela Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene -AMANS na região norte e nordeste



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do Estado. São exemplos da ocorrência da ação e repasse de alimentos aos municípios e famílias situadas em áreas de pobreza, na zona rural da região norte de Minas. Práticas assistencialistas respondem à fome e desertificação, acentuadas pelo acesso privilegiado aos recursos escassos, como a água dos rios, e pela gestão privatizada e mandonista das instituições públicas, sucateadas, que remetem ao velho assistencialismo, aceito como necessário diante da precariedade dos sistemas de proteção social, que ainda não alcançam todas as famílias isoladas pela pobreza no meio urbano e rural. Outro exemplo, a política de assistência social insipiente, para não dizer pífio na Unimontes, e no norte de Minas, o trabalho infantil que não consegue ser erradicado por um programa como PET -Programa de erradicação de trabalho infantil. O mesmo ocorre com o trabalho escravo em MG, em que outras instituições atuam sobre o tema com importante ação da Polícia Federal e de outros núcleos e comissões no estado de Minas Gerais.

Nessa perspectiva, elementos aparentemente 'invisíveis' à primeira vista tornam a compressão das relações sociais como um processo de enriquecimento cultural moroso, que passa a compor o contexto de elaboração do discurso científico, tais como os jogos de poder, os lugares de fala, os discursos periféricos. Segundo Martinelli, "[...] nossa possibilidade de conhecer o outro depende do conhecimento que temos de nossa subjetividade e de nossa disponibilidade para também nos revelarmos nesse encontro. Dificilmente construiremos um clima de diálogo, se também não expressarmos nossa condição de sujeitos (Martinelli, 1984, p. 16).

Dessa forma, não há como separar o sujeito cognoscente – pesquisador (a), negra, quilombola, precarizada, trabalhadora temporária, – do objeto e dos sujeitos a serem conhecidos. É possível tomar partido de um dos lados da equação capital e trabalho, sendo esse o ponto de vista do Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, como explica a prof. Martinelli em Serviço Social, Identidade e Alienação.

Isso não invalida a existência de uma realidade objetiva, ou a objetividade dos processos históricos específicos, universais, singulares e particulares, que independem e são exteriores ao pesquisador, mas afirmam que o conhecimento não está fora de uma prática social maior, inserida numa contradição e numa totalidade histórica e em movimento. A "alienação" nesse sentido está na natureza do modo de ser do capitalismo: a sociedade produz "subjetividades" com dificuldade de apreender, mediar, julgar ou de formar juízos críticos e políticos. A crise na educação, parte de um projeto, a miséria do cotidiano de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pobreza e violência, a marginalização, o estado penal e mínimo são elementos que compõem um cenário de injustiça perene. Assim, a teoria crítica, em meio à uma construção histórica que remonta a Marx, hoje em dia conta com uma pluralidade de vozes dissonantes que mostram que as classes trabalhadoras foram submetidas ao trabalho alienado, estranhado, numa espécie de alienação, causada pelas desigualdades sociais e os processos de inexistência, que visam impedir a formação de sujeitos coletivos. Questões de raça e gênero foram apropriadas pelo capitalismo para impedir a consciência coletiva. O capitalismo joga com o individualismo, produz sujeitos jogados à própria sorte aos quais responde com a economia política, e a violência do estado penal, o próprio comitê da burguesia.

Muitos desafios a se enfrentar: o singular depende do particular e do universal. O eu, sujeito pensante, sujeito que pensa e age está colocado ente movimentos distintos que se complementam na ação (Arendt, 2010), que diferente do pensamento, só se realiza na materialidade dos atos colocados na dimensão da pluralidade. Assim, compreende-se que a sociedade induz a processos de subjetivação que reforçam o indivíduo, ser burguês, sem compromisso com o “cidadão”. Há subjetividades que não acessam a objetividade dos juízos políticos e científicos, ficam no vazio existencial da compreensão, legitimando preconceitos como parte do senso comum, diluído, pois sem acesso à rede de sociabilidade que o valide. Sem educação formal, leituras ou informações, sem associativismo e práticas de educação para os direitos humanos, o mundo do trabalho causa alienação.

CONCLUSÕES

Questões para concluir: Na concepção do positivismo, há uma identidade entre objeto e sujeito, é como se a realidade fosse extensão do sujeito que a avalia. É possível que haja outros objetos de saber construídos por outros extratos de classe (classe estudantil, classe operária, são os exemplos dados por Lowy), de modo que o senso científico da realidade depende de partilhar dessas visões até que se torne senso comum pois esse também está sendo construído no vazio.

Portanto, a subjetividade é uma abertura para novos sujeitos partilharem a construção do saber científico, construindo a si mesmo na dialética da crítica feita à naturalização dos fatos sociais (pauperismo, suicídio, superexploração do trabalho), que podem e devem ser transformados por meio de uma práxis transformadora.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Práxis: união da teoria histórico-crítica com a prática revolucionária.

Para discussão:

A questão da subjetividade (particular) x universalidade (genérico) do método científico: hábitos, experiência, casos, relatos pessoais e memórias são uma forma de se mostrar do sujeito. Assim, há uma diversidade de métodos científicos que incluem história oral, e testemunhos, também fontes de conhecimento.

O senso comum traz saberes diversos que também devem ser contados como base para a ciência. Contudo, reflitam. Por que é importante acessar aos métodos científicos?

Resposta: a “falsa consciência” como “alienação” permeia a sociedade (podemos relacionar essa falsa consciência aos fake News).

Portanto, um “excesso” de subjetividade também prejudica na apreensão da totalidade.

Minayo (2015) no livro Teoria, Método, Criatividade traz a “triangulação de métodos” como abordagem que faz o diálogo entre abordagens. Para compreendermos, portanto, como fugir do ecletismo, validando a polifonia de vozes dissonantes contrários a hegemonia sistêmica, resta pesquisar. Claro que o conhecimento supõe método científico, diálogo, mediação, abstração, formação de juízos críticos, sendo que a “alienação” torna opaca a questão da verdade, opinião e mentira na política.

A extensão de nossas reflexões não pode omitir uma última colocação hipotética. As redes sociais teriam dado voz a imbecis? Como explicar a aceitação de *fake News* na realidade do país?

Tendo em vista o monismo com que se construíram as verdades positivas (neoliberalismo e globalização), baseadas na lei natural ou histórica, ficamos com o Marx: “Trabalhadores do mundo todo, uni-vos”. Juntos somos mais fortes, e podemos expressar as várias formas de opressão, em torno de identidades negadas e que agora se organizam, indígenas, mulheres, quilombolas, travestis, as chamadas minorias que falam por si.

Contudo, não podemos deixar de perceber as ideologias que querem nos dividir.

REFERÊNCIAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ALVARES, Sonia, DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

ARENDT, Hannah. [1958]. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BIGNOTTO, N. Pensar a República. Belo Horizonte, UFMG, 2000

COHN, Gabriel. Weber, Frankfurt: teoria e pensamento social. 1 ed. Rio de Janeiro: Azougue, 2016.

CORREIA, Adriano. A questão social em Hannah Arendt: apontamentos críticos. Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 20, n. 26, p.101112, jan./jun. 2008.

COURTINE-DENAMY, SYLVIE. O cuidado com o mundo: diálogo entre Hannah Arendt e alguns de seus contemporâneos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: Entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997

LEFORT, C. O direito internacional, os direitos do homem e a ação política. Tempo social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, maio 2000, pp. 1-10.

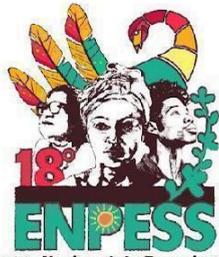
__. A invenção democrática: os limites da dominação totalitária. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOWY, MICHAEL. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1985.

MARTINELLI, M. L. Uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio. Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade, n. 1, p.1-18, São Paulo: PUCSP/Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2015.

PEREIRA, Laurindo Mékie. Montes Claros, A cidade do favor. Unimontes, 2000.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SODRÉ, Muniz. Sociedade incivil, liberalismo e finanças, Petrópolis: Vozes, 2021.

SOUKI, Nádía. Hannah Arendt e a banalidade do mal. Belo Horizonte: Editora UFMG,
1998